

PROCESSO - A. I. Nº 207160.0010/06-6
RECORRENTE - REI DOS VIDROS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JF nº 0337-02/08
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 01/04/2011

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0054-12/11

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não foi comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos, porém, foi provada a existência de erros materiais do levantamento fiscal, resultando na diminuição do débito. Em virtude do estabelecimento nos anos de 2003 e 2004 se encontrar inscrito no SimBahia, a apuração do imposto foi feita em consonância com a regra do art. 19 da Lei nº 7.357/98, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, mediante o abatimento do crédito fiscal de 8% calculado sobre a receita omitida, enquanto que o ano de 2005, foi feito pelo regime normal. Não acolhidas as preliminares de nulidade suscitadas. Mantida a Decisão de Primeira Instância. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte contra a referida Decisão proferida pela 2ª Junta de Julgamento que, através do Acórdão JF n. 0337-02.08, julgou procedente em parte o presente Auto de Infração, lavrado em 29/09/2006 para exigir imposto no valor de R\$74.045,61, sob acusação de falta de recolhimento do ICMS, referente a omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na Conta “Caixa”, nos meses de janeiro, março a dezembro de 2003, fevereiro de 2004, agosto, novembro e dezembro de 2005, conforme planilhas, cópias de notas fiscais de compras e de vendas, e de livros fiscais às fls. 09 a 1.032.

A 2ª Junta de Julgamento Fiscal decidiu, por unanimidade, pela Procedência Parcial do Auto de Infração (fls. 1.196 a 1.202), invocando os seguintes fundamentos:

“Inicialmente, quanto ao pedido do autuado de diligência para que fiscal estranho ao feito procedesse revisão do lançamento, com base no art. 147, inciso I, alínea “b”, do RPAF/99, fica indeferido tal pedido, pois verifico que quase todas as questões alegadas na defesa foram atacadas na informação fiscal, e as que remanesceram é possível, pelos documentos constantes nos autos, apreciá-las sem a necessidade de diligência fiscal.

A exigência fiscal de que cuida este processo foi calculada com base na omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através da constatação de saldos credores na Conta Caixa, tomando por base os livros e documentos fiscais apresentados pelo autuado, conforme demonstrativos e documentos às fls. 09 a 1.032.

O trabalho fiscal está formalizado através do papel de trabalho intitulado de “Auditoria da Conta Caixa”, constando nos autos que o autuado apresentou à fiscalização o Livro Caixa, obrigatório para a sua condição de microempresa inscrita no SIMBAHIA do período de 2003 e 2004 (fls. 691 a 710), já que em 2005 se encontrava no regime normal de apuração do imposto, e também escriturou o livro Caixa.(fls. 711 a 725).

Na citada auditoria constam as colunas representativas da data da ocorrência, histórico, recebimentos; pagamentos; e dos saldos ajustados mensalmente. Os valores consignados na coluna “Recebimentos” correspondem exatamente com os valores das vendas mensais através das notas fiscais de saídas. Já os valores referentes aos “Pagamentos”, fazem referência a despesas e pagamentos de notas fiscais de aquisição. A auditoria foi feita com base nos documentos fiscais do contribuinte, sendo entregues cópias dos demonstrativos e documentos ao autuado.

O saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com Recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas, e quando o contribuinte não comprova a improcedência dessa presunção legal, a irregularidade encontra amparo no art. 2º, § 3º, inciso I, do RICMS/97.

Portanto, quando é detectada pela fiscalização omissão de saídas de mercadorias apuradas através de saldo credor de Caixa, conforme mencionado, a legislação tributária autoriza a presunção legal de omissão de mercadorias sem a tributação devida (art. 2º, § 3º, inciso I, do RICMS/97).

O patrono do autuado, quanto ao exercício de 2003, formulou sua peça defensiva alegando que: a) foram incluídas indevidamente notas fiscais de remessa; b) houve divergências no faturamento nos meses de janeiro e março; c) erros nos valores de diversas notas fiscais; notas fiscais lançados em 2003 que pertencem em 2004; e d) não foi considerado o saldo inicial de Caixa.

Quanto ao exercício de 2004: a) que no mês de fevereiro foi consignado valor não identificado; b) idem, idem no mês de dezembro; c) divergência no faturamento no mês de janeiro; e d) não foi considerado o saldo inicial de Caixa.

No tocante ao exercício de 2005, que houve: a) inclusão indevida de 2 (duas) notas fiscais de remessa; b) lançamento em duplicidade de nota fiscal de entradas para efeito de Caixa; c) notas fiscais consideradas no mês de agosto que deu entrada em setembro; d) divergência no faturamento nos meses de janeiro, abril, setembro e novembro.

Considerando que o autuante em sua informação fiscal às fls. 1.157 a 1.162, acatou em parte as ponderações do sujeito passivo, tendo justificado as razões da parte não acolhida, e que o autuado foi cientificado, e se manifestou (fls. 1.185 a 1.187), tomo por base para proferir meu voto, as citadas manifestações, em especial os pontos abordados pelo autuado, do que se conclui o seguinte.

Exercício 2003

Item “B” – Está correto o autuante em não acatar o argumento defensivo de erro no faturamento nos meses de janeiro e março, com base no faturamento global que serviu de base para o recolhimento do imposto mensal, uma vez que as vendas foram consignadas no levantamento do Caixa tomando por base cada nota fiscal especificada, e se acaso não tivessem sido consideradas notas fiscais de venda, caberia ao autuado apontá-las.

Item “D” - A alegação defensiva é de que as notas fiscais nº 45345 e 10425, no mês de dezembro/2003, pertencente ao exercício de 2004, e que além de não conferir os seus valores, tratam de remessa de materiais para acondicionamento das mercadorias (vidros), não se tratando de mercadorias para compras.

No caso da NF 45345, inicialmente foi lançado errado o valor de R\$ 28.077,23 (fl. 14) no mês de janeiro/04 ao invés de dezembro/03, conforme alegado. Porém, no demonstrativo refeito à fl. 1.173, foi lançado corretamente o valor de R\$7.390,34 (doc.fl. 727).

Quanto a NF 10425, no valor de R\$4.113,08, embora tenha sido lançada no levantamento inicial (fl. 14), no levantamento refeito (fl. 1.168), esta não foi incluída.

Item “E” – Ao contrário do que alegou o autuado, o saldo inicial do ano de 2003, no valor de R\$ 3.215,60, foi devidamente considerado (docs. fls. 09 e 1.163).

Exercício 2004

Item “D” – Não acolho o argumento defensivo de que o valor do saldo inicial de 2004 é de R\$6.219,40, pois, a partir do momento que o levantamento do ano de 2003, no mês de dezembro, acusou um saldo credor, o saldo do início do ano seguinte (2004) deve ser considerado “zero”.

Exercício 2005

Item “C” – As Notas Fiscais nº 186, 16200 e 1610 (docs. fls. 1.120, 1.153 e 1.154), nos valores de R\$4.810,78, R\$19.855,52 e R\$2.566,71, foram emitidas e contém como vencimento o mês de agosto de 2003. Considerando que o autuado não comprovou que a entrada e o pagamento tivessem ocorrido no mês de setembro, mantenho o lançamento das mesmas no mês de agosto/03.

Desta forma, restando caracterizado parcialmente o cometimento da infração, apesar da condição do estabelecimento no SimBahia, porém, de acordo com o artigo 408-S do RICMS/97, foi correta a apuração do débito pelos critérios e alíquotas aplicáveis às operações normais, inclusive com a concessão do crédito fiscal de 8% sobre as saídas omitidas no período em que o estabelecimento se encontrava no regime simplificado, na forma prevista no § 1º do citado dispositivo regulamentar.

*Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de **R\$72.631,94**, com base nos resumos às fls. 1.165, 1.171, 1.177, alterando-se o demonstrativo de débito conforme segue:
(...)”*

Inconformado com a Decisão proferida em Primeira Instância, interpõe o autuado Recurso Voluntário (fls. 1.211 a 1.220), suscitando, em sede de preliminar, a nulidade do referido *decisum*, tendo em vista o indeferimento do pedido de diligência formulado em sua peça impugnatória,

deixando, assim, de examinar todas as teses defensivas, o que caracterizaria violação aos princípios da legalidade, da ampla defesa e do contraditório e da apuração da verdade material.

No que pertine ao *meritum causae*, o recorrente apresenta impugnação específica do trabalho fiscal apenas quanto às Notas Fiscais de nºs 5983, 37066, 10425, 45345, 53484 e 218435.

Argumenta que diversos erros foram cometidos pelo fiscal autuante em sua auditoria de caixa, apontando em sua peça recursal, de forma genérica, os seguintes:

- a)- indicação de valores a maior e a menor;
- b)- inclusão de notas fiscais de remessas de materiais de acondicionamento que retornaram para o fornecedor, além de outras referentes a bens para consumo;
- c)- lançamento de notas, tomando como referência a data de emissão constante no documento fiscal, e não a data de entrada no estabelecimento;
- d)- divergência na indicação do faturamento dos diversos exercícios; e
- e)- falta de consideração do saldo inicial da conta caixa, quanto àqueles períodos em que houve saldo devedor.

Acrescenta, ainda, que o saldo credor de caixa pode significar erro contábil ou de escrituração, razão pela qual a falta de escrituração de pagamentos de qualquer espécie se trata tão-somente de um mero indício de omissão de receita, cabendo ao Fisco a investigação analítica dos fatos, no intuito de comprovar a efetiva ocorrência do fato gerador, até por decorrência do princípio da verdade material. Aduz que nem todos os valores recebidos constituem receita, podendo configurar, por exemplo, o recebimento de um empréstimo ou a devolução de valor emprestado a terceiro, bem como o recebimento de quantia devida em face de venda a prazo, cujo valor já integrou a receita na ocasião da venda. Ressalta que o órgão julgador administrativo tem o dever de cumprir a Constituição Federal, de tal maneira que sua recusa em enfrentar questão relacionada com a constitucionalidade de lei consistiria redução do direito de defesa do contribuinte, implicando, portanto, em agressão ao disposto no art. 5º, LV, da Carta Magna, que, também quanto aos processos administrativos, determina a observância do contraditório e da ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes.

Ao final, propugna pelo provimento do Recurso Voluntário apresentado, a fim de que seja anulada a Decisão recorrida, determinando-se a realização de diligência para apuração da verdade dos fatos, ou, caso ultrapassada a preliminar, que seja julgado improcedente o Auto de Infração.

A ilustre representante da PGE/PROFIS emite Parecer conclusivo a respeito da matéria (fls. 1.231 a 1.236), através do qual opina pelo Improvimento do Recurso Voluntário interposto.

Quanto à preliminar de nulidade da Decisão recorrida, entende que a Decisão recorrida expressamente consignou que quase todas as alegações defensivas foram acatadas pelo próprio fiscal autuante, e, no que se refere às questões remanescentes, o órgão julgador declarou-se apto a apreciá-las diretamente, a partir dos documentos existentes nos autos, sem necessidade de diligência fiscal, agindo em conformidade com o disposto no art. 147, I, “a”, do RPAF. Além disso, prossegue, a aludida Junta de Julgamento Fiscal examinou todas e cada uma das alegações defensivas invocadas pelo autuado.

Acrescenta que o recorrente, no bojo de sua preliminar, afirma que o novo demonstrativo de débitos, cancelado pelo a quo, implicou em majoração dos valores apurados para os meses de janeiro/2003 e janeiro/2004, o que caracterizaria *reformatio in pejus*, alegação que não deve prosperar, visto que, em se tratando de auditoria da conta caixa, é certo que as correções introduzidas no fluxo de caixa de um determinado mês, podem produzir reflexos sobre os resultados do mês seguinte, implicando, em alguns casos, acréscimo de saldo credor eventualmente apurado. Frisa que nenhum vício haverá neste procedimento, se, ao final, não houver agravamento da exigência fiscal.

No mérito, ressalta que, do cotejo entre os documentos de fls. 13/14 e 58 com aqueles de fls. 1167/1168 e 1179/1180, verifica-se que, por ocasião da informação fiscal, o autuante, acatando as alegações defensivas, excluiu de seu levantamento as notas fiscais de ns. 5983 (fls. 1065), 37066 (fls. 1068), 10425 (fls. 1105), 53484 (fls. 1121) e 218435 (fls. 1122), todas indicando CFOP 6949, o que

foi cancelado pela Junta de Julgamento Fiscal, razão pela qual nada mais resta a analisar no que se refere às mencionadas Notas Fiscais.

De referência à Nota Fiscal nº 45345 (fl. 1112), única que resta para averiguação, salienta que da comparação entre os levantamentos de fls. 14 e 1173, percebe-se que o fiscal autuante efetuou correções quanto ao valor e a data da nota fiscal, que passou a figurar na relação de janeiro/2004 pelo valor de R\$ 7.930,34, pelo que, em relação a estes aspectos, inexistem quaisquer vícios a serem sanados. Por outro lado, prossegue, no campo destinado à natureza da operação acobertada pela referida Nota Fiscal, consta “*venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros*”, CFOP 6102, não refletindo, portanto, uma remessa de material de acondicionamento retornável para o fornecedor, como alegado pelo autuado em seu Recurso Voluntário.

Quanto aos demais argumentos recursais invocados pelo autuado, salienta que, “*acaso se refiram a outros documentos fiscais que não aqueles individualmente apontados no Recurso voluntário, e já acima analisados -, era ônus do autuado especificar que outros erros seriam estes, sob pena de sua alegação não ensejar qualquer repercussão sobre o lançamento de ofício.*”

Quanto à alegação de “divergência na indicação dos faturamentos dos diversos exercícios”, entende que, como bem pontuou a Decisão recorrida, o levantamento de caixa realizado pelo fiscal autuante não tomou por base o faturamento global do recorrente, mas sim as vendas especificamente indicadas em suas notas e cupons fiscais, razão pela qual para contestar a procedência da autuação, seria imperioso que o recorrente apontasse notas ou cupons eventualmente não considerados pelo autuante.

Transcreve o art. 4º, parágrafo 4º, da Lei n. 7.014/96, para asseverar que o próprio fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa já é causa suficiente para aplicação da presunção legal, e cobrança do imposto devido sobre as saídas presumidamente omitidas, não se exigindo do fiscal que busque outros elementos de prova da infração à legislação tributária. Frisa que, ao revés, a lei inverte o ônus da prova, impondo ao contribuinte que comprove a improcedência da presunção de cometimento da infração.

Ao final, entende que, “*considerando que o Recurso voluntário não suscitou a inconstitucionalidade de qualquer norma da legislação estadual, não vislumbramos a pertinência dos argumentos do autuado em derredor do suposto dever do órgão julgador administrativo de enfrentar questões relacionadas com a compatibilidade entre a legislação estadual e a Constituição Federal.*”

VOTO

Inicialmente, passo a enfrentar a preliminar de nulidade da Decisão recorrida, suscitada pelo autuado em sua peça defensiva.

Rejeito a referida preliminar.

Isso porque, como é de corriqueira sabença, as diligências são modalidades de prova, tendo por escopo o convencimento do julgador acerca da veracidade, ou não, das questões fáticas suscitadas no processo. Daí porque, a legislação processual confere ao julgador o poder de indeferir a produção de provas, constatando-se a sua inutilidade ou desnecessidade (art. 147, I, “a”, c/c parágrafo segundo, do RPAF).

É o que sói ocorrer no caso vertente, em que o julgador de primo grau expressamente enfrentou e decidiu que quase todas as alegações defensivas já haviam sido acatadas pelo próprio fiscal autuante em sua informação fiscal. Outrossim, no que se refere às questões remanescentes, de forma clara, consignou o órgão julgador ser desnecessária a realização da diligência requerida, declarando-se apto à apreciação dos documentos jungidos aos autos, suficientes à formação de sua convicção como julgador.

Logo, seja porque o indeferimento da diligência teve legítima motivação, seja porque todas as alegações defensivas foram devidamente apreciadas pelo *a quo*, inexistente a nulidade suscitada pelo recorrente.

Quanto à alegação de existência de *reformatio in pejus*, suscitada pelo recorrente no bojo de sua preliminar, em face de majoração dos valores apurados para os meses de janeiro/2003 e janeiro/2004, não merece guarida a tese recursal.

Ora, em se tratando de auditoria da conta caixa, é cediço que as correções efetuadas no fluxo de caixa de um determinado mês podem produzir reflexos sobre os resultados apurados nos meses subsequentes, implicando, em algumas hipóteses, acréscimo do saldo credor eventualmente apurado. Todavia, não há que se falar em vício no procedimento se, ao final, não houver agravamento da exigência fiscal inicialmente lançada.

Ingressando na seara de apreciação do mérito, observo que o recorrente impugnou, de forma expressa, as Notas Fiscais de n^{os} 5983, 37066, 10425, 45345, 53484 e 218435, sob o argumento de que se tratavam de notas de remessa de materiais de acondicionamento utilizados no transporte dos vidros, materiais esses que retornaram para os fornecedores, pelo que seria indevida a inclusão das notas fiscais em questão no levantamento de caixa.

Ocorre que, da análise dos documentos de fls. 13/14 e 58 com aqueles de fls. 1167/1168 e 1179/1180, verifica-se que, por ocasião da informação fiscal, o autuante, acatando as alegações defensivas, excluiu de seu levantamento as notas fiscais de n^{os} 5983 (fls. 1065), 37066 (fls. 1068), 10425 (fls. 1105), 53484 (fls. 1121) e 218435 (fls. 1122), todas indicando CFOP 6949, o que foi cancelado pelo órgão julgador de primeira instância, razão pela qual nada mais resta a analisar no que se refere às mencionadas Notas Fiscais.

Por outro lado, no que pertine à Nota Fiscal n. 45345 (fl. 1112), única remanescente de averiguação, ao serem comparados os levantamentos de fls. 14 e 1173, deflui-se, com clareza solar, que o fiscal autuante efetuou correções quanto ao valor e a data da nota fiscal, que passou a figurar na relação de janeiro/2004 pelo valor de R\$ 7.930,34. Não, há, portanto, qualquer vício que inquine de incorreção o trabalho realizado pelo autuante.

Ademais, como bem observou a Douta PGE/PROFIS no seu Parecer conclusivo, “*no campo destinado à natureza da operação acobertada pela referida Nota Fiscal, consta 'venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros', CFOP 6102, não refletindo, portanto, uma remessa de material de acondicionamento retornável para o fornecedor, como alegado pelo atuado em seu Recurso Voluntário*”.

Assim, reparo algum merece a Decisão recorrida no que tange à manutenção da Nota Fiscal n. 4535 no levantamento de entradas do exercício de 2004.

A despeito de tratar, especificamente, das Notas Fiscais acima indicadas, o recorrente traz, no bojo de sua peça recursal, outras alegações genéricas acerca de supostos erros existentes na auditoria de caixa, a exemplo de a) indicação de valores a maior e a menor, b) inclusão de notas fiscais de remessa de materiais de acondicionamento que retornaram para o fornecedor, além de outras referentes a bens para consumo, c) lançamento de notas, tomando como referência a data de emissão constante no documento fiscal, e não a data de entrada no estabelecimento.

No que concerne a tais argumentos, impende observar que, acaso se refiram a outros documentos fiscais distintos daqueles expressamente indicados no Recurso Voluntário e acima apreciados, caberia ao recorrente especificar que outros erros seriam estes, o que efetivamente não ocorreu, razão pela qual a mera alegação não pode ensejar qualquer repercussão sobre o lançamento de ofício.

Quanto à tese recursal de que ocorrera “*divergência na indicação dos faturamentos dos diversos exercícios*”, melhor sorte não assiste ao recorrente. Isso porque o levantamento de caixa objeto do presente lançamento de ofício não tomou por base o faturamento global do recorrente, e sim as vendas especificamente indicadas em suas Notas Fiscais e Cupons Fiscais. Caberia ao recorrente, que mais uma vez assim não procedeu, apontar quais documentos fiscais que não foram devidamente considerados pelo autuante.

Sustenta o recorrente, ainda, que o fiscal autuante não teria transferido para os meses seguintes, como saldo inicial de caixa, os saldos devedores apurados em alguns meses.

Permissa venia, não há como prosperar a alegação recursal.

Da análise das auditorias de fls. 1163/1164, 1169/1171 e 1174/1177, constata-se claramente que tal alegação padece de fundamento jurídico. À guisa de exemplo, percebe-se que os saldos devedores apurados nos meses de fevereiro, maio e agosto de 2003 foram corretamente transportados para os meses subsequentes.

Outrossim, no que se refere às demais alegações constantes do Recurso Voluntário, cura assinalar que, à luz do que preceitua o art. 4º, parágrafo 4º, da Lei n. 7.014/96, como corretamente pontuou a Douta PGE/PROFIS no seu Parecer conclusivo, *“o próprio fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa já é causa suficiente para aplicação da presunção legal e cobrança do imposto devido sobre as saídas presumidamente omitidas, não se exigindo do fiscal que busque outros elementos de prova da infração à legislação tributária”*. Caberia ao recorrente, em face do ônus da prova insculpido em lei, comprovar a improcedência da infração, o que não ocorreu no caso vertente.

Logo, não procede a tese recursal no sentido de que o saldo credor de caixa seria um mero indício de omissão de receitas, cabendo ao Fisco investigar analiticamente os fatos, no intuito de produzir provas da efetiva ocorrência do fato gerador.

De referência à alegação de que nem todos os ingressos de caixa constituem receitas de vendas, caberia mais uma vez ao recorrente, a quem a lei atribui o ônus da prova, demonstrar que eventualmente teriam sido consideradas na auditoria de caixa receitas decorrentes de fontes diversas da venda de mercadorias, o que também não aconteceu. Além disso, no particular, convém ressaltar que, quanto aos ingressos de receitas, o autuante apenas considerou os valores apurados em Notas e Cupons Fiscais de vendas de mercadorias, contexto em que fica desprovida de qualquer sustentabilidade a alegação do recorrente quanto à suposta existência de outras fontes de receita.

Por fim, tendo em vista que no Recurso Voluntário não foi suscitada a inconstitucionalidade de qualquer norma da legislação estadual, carecem de validade jurídica os argumentos do recorrente acerca do suposto dever do órgão julgador administrativo de enfrentar questões relacionadas com a compatibilidade entre a legislação estadual e a Constituição Federal.

Destarte, com espeque no Parecer exarado pela Douta PGE/PROFIS, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário interposto para manter inalterada a Decisão recorrida que julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE o presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **207160.0010/06-6**, lavrado contra **REI DOS VIDROS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$72.631,94**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de março de 2011.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

NELSON ANTONIO DAIHA FILHO - RELATOR

JOÃO SAMPAIO REGO NETO – REPR. DA PGE/PROFIS